



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 314167-5

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Manoel Antônio dos Santos Neto

Agravado: Jocineide Damiana Campos

Defensor Público: Louise Maria Teixeira da Silva

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO À SAÚDE. PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM O CUSTO DO TRATAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJPE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE.

1. A decisão monocrática guerreada encontra-se inteiramente esteada no entendimento de que, à luz do que preceitua o art. 196 da CF/88 e do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

2. Como já observado anteriormente, a pretensão do agravado encontra-se lastreada por um conjunto probatório capaz de demonstrar a existência de todos os requisitos necessários ao seu deferimento, quais sejam, a existência da enfermidade e a necessidade do tratamento requestado (fls. 12/19), sendo importante esclarecer, até por conta das alegações do agravante, que em situações como a presente, não há qualquer razoabilidade em realizar-se distinção entre os conceitos medicamento e tratamento fisioterápico devendo sim, para efeito de efetivo cumprimento da norma programática que garante o direito à saúde, interpretar-se a expressão "medicamento" utilizada no enunciado da súmula supracitada em sua acepção mais ampla, significando todo e qualquer tratamento médico necessário ao amparo do necessitado.

3. Recurso de agravo a que se nega provimento de forma indiscrepante.



134
✓

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 314167-5, em sessão realizada no dia 03 de 10 de 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 03 de 10 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator



135
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 314167-5

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Manoel Antônio dos Santos Neto

Agravado: Jocineide Damiana Campos

Defensor Público: Louise Maria Teixeira da Silva

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão terminativa proferida nos presentes autos da Apelação Cível, que, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento à interposição, mantendo incólume decisão de piso que determinou ao Estado de Pernambuco o fornecimento gratuito à paciente Jocineide Damiana Campos, portadora de Escoliose Grave Conexa D, de tratamento fisioterápico através de sessões de RPG (Reeducação Postural Global), nos moldes das prescrições médicas acostadas aos autos.

Em suas razões, de fls. 124/126, pugna o Estado agravante pela reforma da decisão vergastada, sob o argumento de que a mesma não se enquadra nas hipóteses do art. 557 do CPC, uma vez que a matéria discutida nos autos versa sobre o fornecimento de tratamento fisioterápico e não sobre a prestação de medicamento às pessoas carentes.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 2ª Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 03 de 10 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

136
25



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 314167-5

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Manoel Antônio dos Santos Neto

Agravado: Jocineide Damiana Campos

Defensor Público: Louise Maria Teixeira da Silva

VOTO

Os argumentos levantados pelo recorrente não convencem sobre o alegado desacerto da decisão recorrida, razão pela qual entendo que a mesma deve ser mantida em todos os seus termos, senão vejamos.

De início, ressoa importante destacar que a decisão monocrática guerreada encontra-se inteiramente esteada no entendimento de que, à luz do que preceitua o art. 196 da CF/88 e do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Neste sentido, a Súmula nº 18 deste Egrégio Tribunal de Justiça:

Súmula nº 18, do TJPE - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Como já observado anteriormente, a pretensão do agravado encontra-se lastreada por um conjunto probatório capaz de demonstrar a existência de todos os requisitos necessários ao seu deferimento, quais sejam, a existência da enfermidade e a necessidade do tratamento requestado (fls. 12/19), sendo importante esclarecer, até por conta das alegações do agravante, que em situações como a presente, não há qualquer razoabilidade em realizar-se distinção entre os conceitos medicamento e tratamento fisioterápico, devendo sim, para efeito de efetivo cumprimento da norma programática que garante o direito à saúde, interpretar-se a expressão "medicamento" utilizada no enunciado da súmula



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

supracitada em sua acepção mais ampla, significando todo e qualquer tratamento médico necessário ao amparo do necessitado.

Outrossim, observo que, ao contrário do apontado pelo agravante em suas razões recursais, a jurisprudência dos Tribunais Superiores e deste Egrégio Sodalício afigura-se uníssona no mesmo sentido dos fundamentos supramencionados, senão vejamos as ementas de alguns atuais julgados destas Cortes de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO DE ANGIOPLASTIA BILATERAL. ARTIGO 196 DA CF/88. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. LEGITIMIDADE PASSIVA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. 1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna. 2. Ação objetivando a condenação da entidade pública ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de Angioplastia Bilateral. 3. O direito à saúde é assegurado a todos e dever do Estado, por isso que legitima a pretensão quando configurada a necessidade do recorrido. 4. O Estado, o Distrito Federal e o Município são partes legítimas para figurar no pólo passivo nas demandas cuja pretensão é o fornecimento de medicamentos imprescindíveis à saúde de pessoa carente, podendo a ação ser proposta em face de quaisquer deles. Precedentes: REsp 878080 / SC; Segunda Turma; DJ 20.11.2006 p. 296; REsp 772264 / RJ; Segunda Turma; DJ 09.05.2006 p. 207; REsp 656979 / RS, DJ 07.03.2005. 5. Assentado o acórdão recorrido acerca da necessidade dos medicamentos pleiteados na inicial, não cabe ao STJ conhecer do recurso. As questões que levam à nova incursão pelos elementos probatórios da causa são inapreciáveis em sede de recurso especial, consoante previsto na Súmula 7/STJ. 6. O exame do preenchimento dos pressupostos para a concessão da tutela antecipada previstos no artigo 273, deve ser aferido pelo juiz natural, sendo defeso ao STJ o reexame desse pressuposto de admissibilidade, em face do óbice contido na súmula 07/STJ. 7. Precedentes jurisprudenciais: (REsp 505729/RS, Ministro Relator Felix Fischer, 5ª Turma, DJU 23/06/2003; REsp 190686/PR, Ministro Relator Franciulli Netto, 2ª turma, DJU 23/06/2003; MC 2615/PE, Ministro Relator Francisco Falcão, 1ª Turma, DJU 19/08/2002; AGA 396736/MG, Ministro Relator Felix Fischer, 5ª Turma, DJU

138
2



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

25/02/2002; REsp 373775/RS, Ministro Relator Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJU 01/07/2002; REsp 165339/MS, Ministro Relator Jorge Scartezzini, 5ª Turma, DJU 05/03/2001; AGA 199217/SP, Ministro Relator Luiz Vicente Cernicchiaro, 6ª Turma, DJU 17/02/1999) 8. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1044354 / RS, Rel. Min. Luiz Fux, T1 - Primeira Turma, DJ 14/10/2008).

PROCESSO CIVIL. CONSTITUCIONAL. MEDIDA CAUTELAR. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. MINISTÉRIO PÚBLICO. FORNECIMENTO MEDICAMENTO A MENOR HIPOSSUFICIENTE. LITISPENDÊNCIA. AUSÊNCIA DE CARACTERIZAÇÃO. PERICULUM IN MORA E FUMUS BONI IURIS PRESENTES IN CASU. 1. Tendo, a medida cautelar proposta junto à instância a quo, sido extinta sem julgamento de mérito, inexistindo, conseqüentemente, naquela cautelar, coisa julgada material, não há configuração de litispendência, in casu. 2. "[...] O Ministério Público tem legitimidade para propor ação ordinária com o objetivo de tutelar os direitos individuais indisponíveis de menor, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada. Inteligência dos art. 127 da Constituição Federal c/c arts. 11, 201, inciso VIII, e 208, incisos VI e VII, do ECA. Precedentes.[...]" (REsp 659566 / RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJ 11.09.2007 p. 207). 3. A concessão de liminar em cautelar, com o fito de conceder efeito suspensivo a recurso especial ainda não admitido, por sua excepcionalidade, exige a presença concomitante dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, bem como que seja, a pretensão almejada, indispensável à preservação de situação de fato que se revele incompatível com a demora na prestação jurisdicional, além da possibilidade de êxito do recurso interposto. 4. Presente o periculum in mora, ante a ocorrência de perigo manifesto de lesão irreversível, pois a moléstia de que a menor é portadora impõe controle diário da taxa glicêmica, sendo certo que a interrupção do controle - cuja continuidade pretende, com o presente ajuizamento - compromete a sua saúde. 5. Nos termos do parágrafo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, "incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação." 6. Não infirmando, as razões apresentadas no presente agravo regimental, os fundamentos do decisum agravado, subsiste incólume o entendimento nele firmado. 7. Agravo regimental não provido (AgRg na MC 14096 / PR, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias (Juiz Convocado do TRF 1ª Região), T2 - SEGUNDA TURMA, DJ 03/06/2008).

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. PRELIMINARES DE NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO, INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO UNANIMEMENTE REJEITADAS. MÉRITO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADOR DE GLAUCOMA AVANÇADO. PRESERVAÇÃO DO DIREITO

139



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. INTEGRATIVO IMPROVIDO.
 1.Preliminares de necessidade de formação de litisconsócio passivo e de incompetência da Justiça Estadual unanimemente rejeitadas, posto que a responsabilidade questionada é solidária nos três níveis federados, aos quais cabe, a nível administrativo, as eventuais e conseqüentes compensações, sendo desnecessária a formação do litisconsócio passivo reclamado (entre o Município de Olinda e a União), não restando dúvidas quanto à competência do juízo natural originário para processar a ação. 2.Fundamento jurídico arts. 4º e 7º, XI, da Lei nº 8.080/90 e Norma Operacional Básica nº 01/96, do SUS, sub-item 6.1, letra I. 3.No caso em concreto, não há intervenção do Judiciário no mérito administrativo da questão posta, vez que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme preleciona o seu art. 196, razão pela qual rejeito a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido. 4.Mérito. Conforme entendimento esposado pelo STJ, é dever do Poder Público velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, inclusive liminarmente. 5.Precedentes do STJ citados. 6.Observância da Súmula 18 desta Corte de Justiça. 6.Não vulneração dos dispositivos constantes nos arts. 2º, 37, caput, 197 e 198, I, todos da CF/88; 4º e 7º da Lei nº 8.080/90 e 1º da Lei nº 9.494/97. 7.Recurso de agravo unanimemente improvido (RA 147834-8/01, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8ª Câmara Cível, DJ 27/11/2008).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Recurso que visa modificar Decisão Terminativa que negou seguimento a Agravo de Instrumento. Direto à saúde é garantia constitucional indissociável do direito à vida. Reconhecido o dever do Estado ao fornecimento de medicamentos destinados a tratar de moléstia grave. Recurso não provido à Unanimidade (RA 176153-3/01, Rel. Des. João Bosco Gouveia De Melo, 7ª Câmara Cível, DJ 18/11/2008).

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA E DE AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS. AMBAS REJEITADAS. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR PROFERIDA COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. OBRIGATORIEDADE. DIREITOS FUNDAMENTAIS À SAÚDE E À VIDA GARANTIDOS PELA CF/88. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1.O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública em defesa de direito indisponível, principalmente, quando se tem por objetivo proteger interesse individual de menor carente. 2.A obrigação do Estado-membro de prestar adequadamente os serviços de saúde constitui encargo



140

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

solidário, exigível e oponível a qualquer das pessoas públicas componentes da Federação, não se tornando necessário à participação dos demais entes políticos. 3.É absolutamente possível a concessão de liminar quando presentes os seus requisitos autorizadores, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora. 4.A saúde é direito fundamental garantido a todos os cidadãos pela Constituição Federal, desta feita, é dever do Estado garantir o fornecimento de medicações necessárias à manutenção da saúde dos administrados. 5.O fato de o medicamento postulado não estar previsto na lista oficial não afasta o dever constitucional do Estado de garantir a saúde do cidadão. 6.Recurso de agravo improvido. 7.Decisão unânime (RA 172451-8/01, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, DJ 14/11/2008).

Ante o exposto, voto pelo improvimento do presente Recurso de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 03 de 12 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator